4. J. Lacan — "A terceira", *Revista Che Vuoi?*, ano I, *O*, 1986, pp. 15-49.
5. J. Lacan: "E enquanto na interpretação é unicamente sobre o significante que traz a intervenção analítica que algo pode recuar no campo do sintoma (id. ibid., p. 40).
6. Ch. Melman — *Novos Estudos sobre a Histeria*, Artes Médicas, Porto Alegre, 1985.
7. *Discours Psychanalytique*, nº 1, Paris, 1982, pp. 21, 26.
8. *N. do A.*: O "pequeno fala-ser" me evoca um desenho de Chaval, no qual dois cavalheiros olham uma criança que passa: um diz ao outro: "Ora vejam! não é que é o pequeno Larousse!"
9. *N. da T.*: No original, "faire une fausse route", expressão equivalente, em nossa língua, a "entrar no caminho errado", quando se refere a se engasgar com a comida.
10. *N. da T.*: Note-se o equívoco entre as expressões em francês "malédiction" (maldição) e "male-diction", (má dicção).
11. *N. da T.*: Há aqui um deslizamento da expressão "au bord de la mer" (à beira-mar) e "au bord de la mère" (na borda da mãe), que possibilitará todo um jogo de equívocos envolvendo as metáforas "mergulho", "recuperação do fôlego", etc.
12. *N. da T.*: Note-se a báscula de "voie" (via) a "voix" (voz).

Tradução: Eliana Araujo Nogueira do Vale

In: *Nodal*, 2, da revista da Association Freudienne, Joseph Clims, Paris, 1985, 110 — 119.

4

Seria a Criança Psicótica "Carta Roubada"? (1)

Marie-Christine Laznik-Penot

*Ensaio inicial sobre o que se articula em torno de uma criança psicótica em instituição, pelo viés da formalização proposta por Lacan n'*A carta roubada.

À volta da criança psicótica, numa instituição, um certo número de cenários se desdobra incessantemente. Como desde há muito tenho me interrogado sobre sua natureza, tentei, a partir daí, deduzir os respectivos "rapports" estruturais. Essas questões que me inquietavam surgiram quando eu, jovem analista, fui trabalhar num pequeno serviço de atendimento pedo-psiquiátrico que acabava de ser inaugurado, e se destinava a atender jovens autistas, ou psicoses infantis graves(2).

Tratava-se de um serviço dotado de excelentes recursos financeiros, o que permitia, em termos práticos, que se organizasse um acompanhamento individualizado das crianças psicóticas pelo pessoal da enfermagem. Havia não mais que doze crianças, mas que eram, em sua maioria, casos muito pesados, em geral fracassos de hospitais ambulatoriais da região parisiense.

Essas crianças psicóticas não falavam, sendo o mutismo um dentre seus sintomas. Mas os outros, aqueles que os atendentes nomeavam, não estavam mais desejosos que eles de falar. Incomodados por uma criança que não lhes dizia nada, eles rapidamente se incomodaram por tudo que sentiam.

Há alguns anos, expus num artigo(3) os fenômenos clínicos absolutamente particulares que se pode apontar num tal contexto. Deixarei aqui de lado a tentativa de compreensão teórica que tentei elaborar na época, pois esta

me parece, atualmente, no mínimo insuficiente; mas retomarei as observações que fiz a respeito dela sobre o plano clínico e fenomenológico, e pedirei que acompanhem comigo como, à luz do que Lacan enunciou em seu texto sobre *A carta roubada*, esses fenômenos clínicos se ordenam de forma absolutamente surpreendente.

Na qualidade de analista, supõe-se que se esteja aí para ouvir alguma coisa. Ora, na instituição, imperava o silêncio. Um silêncio polido, feito para calar e conter as manifestações de temperamento e de irritação para com os colegas de trabalho. Feito para calar os desejos brutais de enunciar julgamentos absolutamente deploráveis com respeito aos outros membros da equipe. Por que ir pescar nessas águas turbulentas onde cada um pensa, não sem razão, que poderia perder o pé e fazer dos outros inimigos? É que, no silêncio ao redor da criança psicótica, os conflitos se exacerbam. Na falta de se poder dizer, eles agem...

Se os atendentes saíam do silêncio, era, num primeiro momento, sempre para exprimir uma vivência interpessoal conflituosa.

Tentando entender alguma coisa nisso tudo, o que aparecia de imediato era que, para cada membro da equipe, esses conflitos eram considerados como um dado de suas dificuldades de caráter, ou das de seu colega. De qualquer forma, esses conflitos eram sentidos como sendo próprios a seu personagem real.

Descobri, como conseqüência, ser para cada um muito mais suportável imaginar que os piores conflitos diziam respeito a suas dificuldades pessoais, sob o risco de ter que reconhecer em si mesmo os mais assustadores traços de caráter, de preferência a descobrir que eles poderiam se encontrar aí assujeitados ao determinismo do simbólico.

É comum ouvir-se dizer que as equipes que se ocupam de psicóticos são freqüentemente formadas de sujeitos que portam traços patológicos mais acentuados, mais patentes, que pessoas que trabalham em outros lugares. Trata-se de uma afirmação de tipo psicossociológico que carece de maior fundamentação.

Pareceu-me, de qualquer forma, que seria loucura de minha parte tentar ouvir o que se dizia ao nível das particularidades individuais da pessoa real daquele que enunciava esses propósitos. E isso, por duas razões. É evidente que se esses enunciados ocorriam fora do contexto de uma cura analítica, eu não tinha que me endereçar a eles enquanto sujeitos da enunciação. Mas também porque eu mesma havia sido assujeitada a sofrer um certo número de coisas que me permitiram pensar que o que estava em jogo não era o efeito dos traços característicos da pessoa real de tal ou tal, mas que havia aí efeitos de repetição determinados pelo contato com a criança psicótica. Surpreendi-me ao mesmo tempo pelo que se ordenava a partir de uma repetição diferenciada e nomeável e, ao mesmo tempo, totalmente derrotada pelo fato de que outras repetições, aparentemente igualmente claras, me escapavam completamente.

Retomarei aqui um dos exemplos clínicos que eu citei nesse artigo(3), pois meu propósito não é trazer novos exemplos que viessem a confirmar que há aqui sobre o plano clínico, um fenômeno absolutamente referenciado. Isso me parece largamente confirmado, e por muitos outros casos que pude observar depois, assim como por muitos fatos clínicos que me foram relatados por colegas a partir dessa publicação. É meu desejo demonstrar, à luz de um caso concreto, como uma abordagem teórica é possível pelo viés desse estudo do determinismo da cadeia significante, tal como Lacan nos desenvolveu com a ajuda do conto d'*A carta roubada*(4).

Eis aqui então um caso clínico: Anne é uma menininha mística, psicótica, aqui chegada há dois anos e meio. Encaminhada por decisão judicial devido a uma queixa, feita pelos vizinhos, de maus tratos, ela tinha, devido a seu raquitismo, sido enviada inicialmente a um serviço pediátrico onde foi feito um diagnóstico de psicose, diagnóstico este plenamente justificado. No momento da admissão, a mãe da criança e sua tia materna foram recebidas pelo psiquiatra em serviço, que levantou um certo número de elementos da história familiar, os quais, evidentemente, só fizeram sentido posteriormente. Como era de costume nesse serviço, a criança foi confiada a duas enfermeiras, uma da manhã e outra da tarde, que investiram bastante nela, e davam o melhor de si. Era uma criança difícil, apresentando uma importante rejeição de alimentos, que chegava quase que à franca anorexia. Isso desencadeava a angústia dos que dela se ocupavam, e logo surgiram conflitos importantes. Fui então levada a constatar que eu tampouco era neutra com relação a isso, sobretudo quando era obrigada a assistir às sessões de alimentação, o que acontecia às vezes.

Lembro-me de minha irritação interior com relação a uma das enfermeiras da criança. Ela me dava a impressão de não saber conduzir a criança, nem de apresentar convenientemente a mamadeira. Em pouco tempo, eu estava me perguntando se ela não seria incapaz de se ocupar de uma criança.

Muito espantada eu própria pelas posições passionais às quais me sentia suscitada, optei por tentar fazer um trabalho de elucidação das imagens e das cadeias associativas relacionadas com essas posições. Elas estavam ligadas a enunciados referentes à incapacidade dessa mulher em sua função maternante, enunciados que eu tive o cuidado de anotar por escrito. Esse trabalho de elucidação me permite descobrir uma posição interior neutra.

Algumas semanas após, a interna encarregada da criança me descreveu uma visita recente da mãe de Anne ao serviço. Essa havia levado consigo sua filha caçula, um bebê de alguns meses. No momento da partida, a interna, receando que o bebê estivesse faminto, ofereceu à mãe a possibilidade de preparar uma mamadeira no serviço, uma vez que a família morava longe e a mãe evidentemente não havia se prevenido. Na cozinha, as coisas se passaram mal; a mãe deu a impressão de ser perfeitamente incapaz, como se jamais houvesse sabido preparar uma mamadeira ou cuidar de um bebê. Por fim, a interna, não se contendo mais, tomou o lugar da mãe. A interna

ficou muito sem jeito de falar de toda essa história, mas os termos que ela empregou eram praticamente os mesmos que me haviam ocorrido, e que eu havia anotado com referência à enfermeira durante as sessões de alimentação de Anne. Foi só após haver podido referenciar a insistência repetitiva desses enunciados que eu pude abordar a questão com a atendente.

Essa última pôs-se a me falar de seu sentimento de incompetência anteriormente sofrido. Isso permitiu a ela se descolar de um "rapport" imaginário cristalizado com essa criança, e uma relação muito mais fácil se estabeleceu entre as duas.

Mas essa situação deveria vir a se repetir algum tempo mais tarde com a outra atendente da criança. Uma irritação crescente com relação a essa mulher surgiu na instituição. A crise eclodiu no decorrer de uma reunião de equipe durante a qual numerosos membros da equipe cobriram, literalmente, essa atendente, de reprimendas referentes ao seu modo de cuidar da criança. Após essa reunião, a interna veio me falar da intensa hostilidade que ela sentia com relação a essa atendente. Uma vez que eu estava atenta à estrutura dos enunciados que lhe ocorriam nesse "processo" contra a atendente, terminei por me aperceber de que alguns dentre eles retomavam de modo muito semelhante as reclamações feitas pela tia de Anne com referência a sua irmã, a mãe da criança, por ocasião da hospitalização. A tia chegou mesmo a dizer ao médico em consulta que, sendo sua irmã débil, era a ela, tia, que devíamos nos reportar com relação a tudo que dissesse respeito à criança. Sua irmã não compreendia nada, não valia a pena discutir com ela. Eram aproximadamente os mesmos termos que havia empregado a interna com relação à enfermeira. A interna também conhecia os termos que a tia havia empregado por ocasião dessa consulta, mas não havia relacionado os fatos. Essa possibilidade fez com que a hostilidade desaparecesse, e interna e atendente puderam trocar comentários a respeito do que haviam sido induzidas a viver. A atendente exprimiu como ela se sentia deprimida, incapaz, e ao mesmo tempo um sentimento de estranheza com relação ao que se passava com ela, como se não compreendesse de onde isso lhe vinha. Esse trabalho foi seguido de uma importante melhora sintomática na criança.

Mas os acasos da organização dos serviços psiquiátricos fizeram com que a primeira enfermeira precisasse ir embora, sendo substituída por uma nova aluna enfermeira — idas e vindas que não se podem evitar nos hospitais. A nova enfermeira já tinha uma prática psiquiátrica; ela deu uma boa impressão, e Anne foi confiada a ela. Mas muito depressa surgiram comentários da parte das outras pessoas que eram encarregadas da criança. A nova enfermeira era jovem demais, melhor teria sido continuar a trabalhar com a outra atendente de Anne, a qual compartilhava dessa opinião, o que se confirmava pelo fato de que ela não encontrava nunca tempo para trocar idéias com sua jovem colega. Ela preferia fazer confidências à equipe responsável pelo grupo de crianças do qual Anne fazia parte. Ignorada por uns, considerada como jovem demais por outras, essa atendente veio me explicar que ela

se perguntava se não havia se enganado na escolha da formação em enfermagem psiquiátrica. Ela sentia-se incapaz. A propósito, se perguntava mesmo se seria capaz de educar uma criança. Ela se referia a isso como se fossem dificuldades que lhe seriam próprias, que seriam constitutivas de sua pessoa. Anne evidentemente ia mal; uma semana depois ela havia se tornado novamente anoréxica, e recusava-se a dormir. E a equipe atribuía isso à nova atendente, isso a que essa última só podia aquiescer. Eu me encontrava de novo diante do mesmo cenário repetitivo, que nomeio agora: a relação entre a mãe e sua irmã mais velha. Após esse trabalho, a atendente chegou mesmo a dizer que , a propósito, ela própria tinha uma filha, e que essa se comportava muito bem. Mas era como se, no serviço, ela não pudesse ser mais ela mesma, mas uma outra. Novamente, os sintomas de Anne desapareceram, e o trabalho pôde continuar sob um outro registro.

O que pude observar aqui e que veio a se confirmar pelo seguimento de muitos outros casos, era esse esquema repetitivo se reapresentando na instituição com o mesmo texto dramático, os mesmos papéis, podendo esses papéis todavia ser desempenhados por diferentes atores; a mudança de posição com relação à criança implicando mesmo numa mudança de papel por um dado ator, permanecendo porém o cenário fixo, assim como os personagens.

Foi isso exatamente o que eu havia notado sobre o plano clínico, e a metáfora teatral impôs-se a mim. Observei então, no contato com o psicótico, essa ressurgência, no atendente, de posições induzidas, posições que eu notava como sendo excêntricas ao dito atendente. Os papéis do incompetente reprovado e do competente que reprova eram intercambiáveis; o que numa "primeira cena" a mãe representava, poderia numa outra ser representado pela tia, e isso em função de seu lugar com relação à criança. Eu sublinhei, por outro lado, que atendentes que tinham histórias pessoais bastante diferentes umas das outras, e mesmo papéis muito diferentes na instituição, psiquiatras e psicanalistas inclusive, poderiam ser induzidos a viver, sofrer, mas sobretudo exprimir coisas bastante semelhantes, à guisa de papel, com relação à criança psicótica.

Tentei dar conta desses fatos de observação clínica, mas, como disse no início, a teorização que elaborei me parecia insatisfatória. Foi só alguns anos mais tarde quando, tendo que traduzir para uma outra língua o seminário de Lacan sobre o *Eu*(5), ao ler muito atentamente esse texto, tive a atenção cativada pela singular analogia de certas passagens com o que eu havia referenciado e descrito. Essas são especialmente as seguintes passagens do capítulo sobre *A carta roubada*:

> "Trata-se do símbolo a deslocar-se em estado puro, no qual não se pode tocar sem se ficar imediatamente preso em seu jogo"(4).
> "Quando os personagens se apoderam desta carta, pode-se dizer que algo, que sobrepuja de muito suas particularidades individuais, os pega e os arrasta"(5).

"Tudo aquilo que pode servir para definir os personagens como reais — qualidades, temperamento, hereditariedade, nobreza — não tem nada a ver com o negócio. A cada instante cada um está definido e até mesmo em sua atitude sexual, pelo fato de que uma carta sempre chega a seu destino"(6).

Ou seja, pelo deslocamento da carta.

Surpreendia pelo paralelismo evidente entre isso e o que eu havia notado na instituição, cheguei a me perguntar se seria viável e clinicamente útil pensar de modo analógico o papel da carta na estrutura do conto de Poe tal como Lacan o enunciou, e o da criança psicótica na instituição. Ou seja, será que a criança funcionaria como a carta roubada?

É para tentar responder a essa questão precisa que eu retomarei aqui a primeira parte do texto sobre *A carta roubada*, nos *Escritos*(7).

Tentarei demonstrar que o que ocorre numa instituição do tipo da que eu descrevi deve ser tomado como a expressão do determinismo da cadeia do significante, exercendo-se sobre a intersubjetividade dos protagonistas. E esse determinismo, nesse tipo de instituição, é assinalado de modo pelo menos tão gritante quanto o que Lacan nos quis indicar como o que se passa na ficção de Poe.

Examinemos as coisas passo a passo. O texto sobre *A carta roubada*, nos *Escritos*, é de 1956, um ano após o Seminário sobre *O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Nesse texto, ele nos diz:

"O automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*) tem seu princípio no que chamamos de a *insistência* da cadeia significante. Essa mesma noção, isolamo-la como correlativa da *ex-sistência* (ou seja: do lugar excêntrico) onde nos é preciso situar o sujeito do inconsciente, se devemos levar a sério a descoberta de Freud"(8).

Como eu disse anteriormente, notei muito rapidamente que se tratava de repetição nos fenômenos institucionais observados, e falei do lugar *excêntrico* do fator determinante: a criança psicótica em questão. Mas Lacan, a propósito da carta, vai mais longe. Ele fala de automatismo de repetição e diz que é aí que é preciso situar o sujeito do inconsciente. Se se traça o paralelismo até o fim, teríamos então a criança psicótica a ocupar esse lugar de sujeito do inconsciente para os protagonistas de uma equipe de atendimento. Isso pareceria, num primeiro momento, um salto vertiginoso. Mas, se dizer as coisas dessa maneira esclarece o determinismo da carta sobre os protagonistas do conto, por outro lado lança uma luz incrível sobre o que se passa entre o psicótico e certas pessoas a seu redor.

Que possam se passar coisas absolutamente estranhas, das quais os conceitos clássicos de transferência e contratransferência não podem dar conta, outros que se ocuparam da psicose o descreveram e tentaram dar conta disso. O Dr. Herbert Rosenfeld distingue claramente o que ele nomeia como transferência psicótica, da transferência neurótica clássica. B. Penot e eu própria havíamos tentado fazer funcionar os conceitos de transferência subjetal(9) em oposição à transferência objetal para dar conta desses fenômenos no mínimo *odd*, bizarros, que se observa em torno de certos psicóticos, mas também no que poderíamos chamar de grandes casos do destino.

Ainda recentemente, pude observar fora do contexto institucional, e com relação a uma criança cuja sintomatologia não permite falar de psicose, alguma coisa bastante análoga. Não direi aqui senão umas poucas palavras, pois o conjunto do caso deverá ser objeto de uma reflexão teórica comum juntamente com os outros colegas nele implicados.

Um profissional com quem eu costumava trabalhar pede-me que atenda uma criança em lugar de um primeiro analista, com quem a tentativa de terapia havia dado em nada: algo que seria eclipsado, do qual não havia praticamente restado traço algum. O que acabou de me despertar a atenção nessa demanda de substituição foi um episódio que ocorreu durante uma reunião sobre o caso dessa criança. Esse profissional, a quem perguntei o prenome do pai da criança, dá, à queima-roupa, o do padrasto, e não consegue se lembrar do pai. Esse pai havia se suicidado quando a criança era bem pequena. Não se fala jamais sobre ele em casa, e muito menos sobre as condições de sua morte. Solicito detalhes sobre a primeira terapia da criança, e é-me respondido, de forma vaga, que o insucesso deveu-se provavelmente a dificuldades pessoais do primeiro terapeuta. Como esse tipo de argumento me faz relembrar muitas coisas, e como eu desejo me proteger da repetição pura e simples de um novo insucesso — e, no caso, proteger igualmente à criança — solicito que esse terapeuta seja localizado. Impossível, ele literalmente desapareceu, levado por um acidente somático grave e imprevisto que acabou por interromper a terapia. Não é que a coisa se torna cada vez mais interessante? Visto que se trata de minha própria pele, se é que ouço bem, será preciso que eu a defenda! Investindo uma boa carga de energia contra uma inércia bastante estranha, meu colega e eu reencontramos finalmente o primeiro terapeuta. Ele efetivamente esteve bem doente, o que ocorreu de modo súbito e muito pouco compreensível. Verifica-se que ele tem o mesmo prenome esquecido do pai morto e, contrariamente ao que me haviam informado no início, ocorreram coisas significativas de ordem transferencial entre a criança e ele. Certos indícios bastante extraordinários assim o testemunham. Ao mesmo tempo, ficamos sabendo que a mãe e o padrasto haviam iniciado um processo judicial a fim de que o padrasto pudesse vir a adotar a criança, dando-lhe seu sobrenome, que viria então a substituir o do pai, que seria posto de lado. Ainda que seja verdade que um pai que se suicida dá mostras de um fracasso inegável em sua função, fracasso esse que sua morte não faz senão confirmar, o fato de substituí-lo permite que se esqueça algo que é provavelmente do registro do crime.

Inclino-me a pensar que o que estava em jogo aí, nessa demanda de substituição de terapeuta, é da ordem do automatismo de repetição, exata-

mente como o que se pode observar nas Instituições. Mas aquilo que Lacan formula n'*A carta roubada* permite que se vá mais longe e que se enuncie que, no contexto dado, essa criança tenha ocupado para os protagonistas que nós éramos, o lugar do sujeito do inconsciente. Pois este lugar excêntrico, ex-sistente, do sujeito do inconsciente, será afinal Lacan quem o colocará em evidência, mesmo que esse lugar esteja implicado na obra de Freud.

Mas eu ousaria afirmar que, se essa concepção lacaniana do automatismo de repetição clarifica notavelmente os fenômenos descritos, de modo inverso, esses fenômenos constituem uma exemplar ilustração do automatismo de repetição agindo sobre a intersubjetividade de vários protagonistas. Essa questão está longe de ser uma questão menor na obra de Lacan, uma vez que é por ela — ele assim o disse — que ele escolheu inaugurar os *Escritos*, colocando essa questão do determinismo da cadeia significante como *princeps*.

Falemos então sobre esse *automatismo de repetição*. Não é no contexto de cura de *um* sujeito que Lacan se propõe fazê-lo assinalar. É no entanto fácil de assinalar na diacronia da história de um sujeito a repetição incansável de situações análogas onde vem se reproduzir a fixidez da cadeia significante. Ele não escolhe tampouco o contexto da história de uma família, lugar privilegiado, portanto, para ver-se repetir, tal qual o *leitmotif* de uma faixa de anúncio luminoso, incessantemente, a mesma cadeia que costumamos chamar de destino.

Ele opta voluntariamente por nos demonstrar o automatismo de repetição numa situação onde este age sobre vários protagonistas ao mesmo tempo, numa interrelação que implica então uma sincronia, mesmo se várias cenas se sucedem diacronicamente.

Então, a partir d'*A carta roubada*, Lacan vai assinalar os lugares — poder-se-ia dizer os papéis — que guardam entre si relação de reciprocidade: o Rei, a Rainha, o Ministro, a Carta. Esses lugares vão poder ser, alternadamente, ocupados por diversos personagens. Por exemplo, o lugar *da Rainha* — ou seja, aquela que possui a carta — vai ser sucessivamente ocupado pela própria rainha, depois pelo ministro, e, em seguida, por Dupin.

No primeiro exemplo clínico que propus a vocês podem-se localizar ao menos três papéis principais: a mãe incapaz, a tia reprovadora e a criança. O lugar de mãe incapaz é desempenhado primeiro pela própria mãe, depois, pela primeira atendente, em seguida pela segunda, e enfim pela terceira. Enquanto que a tia reprovadora é desempenhada não apenas pela própria tia, mas, na instituição, sucessivamente pela interna, pela equipe institucional, pelo analista em questão, e, enfim, pela segunda atendente.

Eis então esses papéis: como funcionam em conjunto? Lacan nos diz que, uma vez estabelecido o módulo intersubjetivo, trata-se de reconhecer um *automatismo de repetição*, no sentido atribuído por Freud em *Além do princípio do prazer*. E Lacan acrescenta: "A pluralidade dos sujeitos não pode evidentemente ser uma objeção para todos aqueles que irromperam

desde há muito nas perspectivas que nossa fórmula resume: *o inconsciente é o discurso do Outro"(10)*.

Devemos então concluir que, por razões a serem ainda precisadas, é o lugar do Outro que a criança psicótica vem a ocupar na instituição, e talvez também em sua família. Será que isso é consistente com o que avançamos por outro lado? Vejamos:

A propósito do conto de Poe, Lacan assinala que a carta, no contato com a qual se revela o automatismo de repetição para cada um dos protagonistas, que essa carta é estrangeira, externa, ex-sistente à sua história pessoal. Essa escolha não é fortuita. Lacan encontrou aí uma situação exemplar para permitir desvendar o lugar excêntrico que o sujeito do inconsciente ocupa para com as pessoas em relação às quais ele determina a atitude intersubjetiva. Ele queria mostrar "*a determinação maior que o sujeito recebe do percurso de um significante*"(11).

É fácil identificar que a criança psicótica que a equipe jamais havia encontrado anteriormente é, para cada um, estrangeira, externa, ex-sistente à sua história individual.

Vejamos agora como vai se exercer essa determinação maior. Lacan nos diz: "*Aquilo que os anima ultrapassa de muito suas particularidades individuais*". Isso corresponde ao que pude observar na instituição. Mas Lacan vai precisar as coisas de um modo bem mais abrupto do que eu jamais ousei fazer na época: "*o deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos*", — *sujeito*, aqui, no sentido de protagonista do drama: o Rei, a Rainha, o Ministro, etc. — "*em seu destino, suas recusas, suas cegueiras (...) não obstante seus dons inatos e seu crédito social*"(12).

Eis aqui, então, aquilo que, na instituição, estava claro: o status ou os diplomas não tinham absolutamente o poder de impedir quem quer que fosse de se fazer apanhar nas malhas da repetição.

"*Sem consideração para o caráter ou o sexo, e que, quer queira quer não*" — na instituição era bem mais não querer — "*seguirá o curso do significante com armas e bagagens, tudo o que é do dado psicológico*"(12).

O que eu pude observar na instituição era o seguinte: entre aqueles que tinham uma estrutura aparentemente outra que a perversa, o fato de estar posicionado de um certo modo com relação a uma criança psicótica, levava um, e sucessivamente após, os outros, à medida que ocupavam esse lugar, a viver cenários perversos, dos quais a fixidez da temática não podia não chamar a atenção. Colegas me relataram a espantosa repetição a que induzem certas crianças maltratadas que são colocadas em função disso em famílias hospedeiras, conhecidas pelos serviços sociais como "boas famílias", e onde ver-se-á, não obstante, reproduzir-se o mesmo cenário em torno da criança. Esse cenário perverso, em sua fixidez, é ainda capaz de vir a se reproduzir numa nova família à qual, em desespero, esse tipo de criança acaba sendo confiada. Pois a tendência natural é de crer-se que a criança não fez senão desvelar a estrutura perversa daquele a quem foi confiada.

E dispende-se em vão grandes esforços para encontrar alguém que tenha uma outra estrutura. Pois, em minha opinião, não é o caráter pessoal daquele a quem a criança foi confiada que vem a claro nessa ocasião. Eu diria mesmo que, com freqüência, o adulto em questão põe-se a agir de modo contrário à sua inclinação natural. Uma atendente extremamente ativa e dinâmica tornou-se, algum tempo após lhe haverem confiado aquela menininha autista, absolutamente passiva e muda.

Seria agora o momento de abordar a questão do título deste artigo, assim como o do texto de Lacan. Se na questão da carta roubada tratava-se de fazer, evidentemente, uma alusão direta ao texto de Lacan, a questão referente a este termo "roubada" não é menos problemática. Pois roubada implica em que se possa possuir a carta, ou sê-la. Haveria no conto de Poe, ou mesmo na instituição, um momento em que se pudesse afirmar que tal protagonista possui a carta, ou mesmo a criança? O que aparece é bem o contrário. É a carta, e o ser da criança, que possui cada um dos protagonistas à guisa de papel. Aliás, isto é pensável. Se se trata de determinismo de cadeia significante agindo sobre o sujeito, nós, aí, nada fazemos senão recordar antigas verdades. Santo Agostinho já dizia que o discurso possui o sujeito, e não o contrário.

Mas Lacan faz observar que o título em inglês é *The purloined letter*, e que aqui Baudelaire trai Poe, pois *purloined* deriva do francês arcaico, assim como *loin, éloigner, longer*(13). Mas entenda-se que é no sentido de *pôr de lado, deixar de escanteio*, mais do que *botar à distância*(14).

E é bem disso que se trata com relação à criança colocada na instituição. Falo aqui das instituições que não se contentam em ser substitutivas da instituição *escola*, ou seja, não falo aqui de *hospitais ambulatoriais*, ainda que os fenômenos descritos aí se apresentem também. Refiro-me a esses lugares que substituem a instituição *família*, como a de Bettelheim ou aquela a que me refiro aqui. É indubitável que, lá, a criança teria sido mantida a distância, deixada de escanteio, posta de lado.

COMO SE DESVELAM A ESTRUTURA DO CONTO E A ESTRUTURA DO CASO

Como Lacan o assinalou, a estrutura do conto é bastante simples. Há três cenas dramáticas, descritas ao longo de dois diálogos, nos quais as cenas são enunciadas e comentadas. E isso é absolutamente particular à estrutura desse conto, pois, se não houvesse esses comentários, não haveria *mise-en-scène*, no sentido de um *script* correspondente. Não é senão pelo viés desses comentários que tomamos conhecimento das três cenas. São elas: aquela em que o Ministro rouba a carta à Rainha, sob os olhos do Rei que nada vê, aquela em que Dupin localiza a carta sob os olhos de um Ministro lascivo e passivo, que nada vê, e aquela, finalmente, onde um Dupin, subitamente sedento de vingança, efetua a troca desta carta por uma outra de sua lavra.

Lacan emprega alusões cinematográficas — as que me ocorreram eram teatrais — para mostrar que, sem o comentário dos diálogos, o drama teria ocorrido de qualquer modo, mas "*que a ação permaneceria, para sermos claros, invisível ao público, — sem contar que o diálogo seria expressamente, e pelas próprias necessidades do drama, vazio de todo sentido que pudesse aí se relacionar para um ouvinte: — em outras palavras, que nada do drama poderia aparecer nem à filmagem, nem à gravação, sem a iluminação indireta, por assim dizer, que a narração dá a cada cena do ponto de vista que vinha encenando-o um de seus atores*"(15).

De resto, na instituição, convém preparar um praticável, se se deseja que os mecanismos de repetição possam ser localizados; algo da ordem de uma plataforma e de uma iluminação. É evidente que os dramas, em si, se desenrolarão, mesmo e sobretudo se não os esclarecermos.

Isso levanta a questão de saber se esse gênero de assinalamento do automatismo de repetição numa instituição é algo que convém praticar para que essa seja uma "*boa instituição*. O que leva a se questionar sobre a utilidade ou não de se proceder a esse gênero de assinalamento como tempo necessário no tratamento das psicoses. Eu não tentarei, no âmbito deste artigo, responder a essa questão que me parece bastante complexa. Mas o que posso dizer é que, na instituição em questão, desejando compreender melhor esses mecanismos, eu me proporcionei os meios. Quero dizer que, na instituição, havia lugares que tinham uma função semelhante àquela dos diálogos no conto de Poe.

- Inicialmente, tive entrevistas com os membros da equipe que se ocupavam de uma mesma criança. Depois — assim como Dupin o fez, e isso expunha qualquer outro a fazê-lo também — julgamos mais interessante funcionar a dois analistas, pois é-se raramente, no mesmo momento, o Dupin da mesma fábula.

- Em seguida, havia as "*reuniões intra-grupo*". Para tentar fazer com que se entreveja o funcionamento das mesmas, pedirei que se imagine o que se poderia dizer se, ao fim do drama de Poe, se reunissem os protagonistas da segunda e terceira cenas, para localizar com eles os papéis aos quais haviam sido suscitados, assim como as posições subjetivas às quais haviam sido designados. Isso implica em que se considere a criança psicótica como *sujeito central do drama*. Ora, isso é o que Lacan disse ser o lugar da carta.

Falo aqui, voluntariamente, da segunda e terceira cena, pois a primeira, que Lacan denomina de *primitiva*, é uma cena mítica, do tipo das que ocorrem anteriormente à entrada da criança na instituição. Às vezes nos é possível chegar a ter acesso a fragmentos dessa *cena primeira*. No exemplo dado, pudemos receber a mãe e sua irmã, depois a mãe e seu bebê. Mas o que se revela nesses fragmentos me parece mais da ordem de uma tela com relação

a uma outra cena, ainda mais originária, que, esta sim, deve permanecer velada.

Abordemos agora os *"rapports" estruturais instaurados entre os* dramatis personnae.

Comentando o texto de Poe, Lacan observa que, se ele fala de ações repetitivas, não é da simples reunião de traços semelhantes que resulta uma verdade qualquer, mas da intersubjetividade entre os diversos personagens onde as ações das cenas se motivam. Isso inclui os movimentos passionais de uns com relação aos outros. Lacan fala explicitamente disso quando comenta a atitude final de Dupin, o qual, uma vez que sabe que a carta passará à sua possessão — ou seja, desde o fim da segunda cena, onde ele localizou a carta sobre a chaminé —, vai ser capturado pela sombra da carta e tornar-se-á um outro homem.

Do mesmo modo, na instituição, o analista podia se encontrar preso na trama do drama. A todo analista, médico-chefe, ou Dupin que seja, ser-lhe-ia bem difícil escapar ao que Lacan denominou no texto d'*A carta roubada*, de supremacia do significante no sujeito. Melhor valeria sabê-lo. A partir daí, o que poderia ser feito seria elucidar da melhor forma possível a posição que se teve que assumir para elucidar os efeitos. Ou seja, a de não bancar muito o avestruz...

Seria tempo, agora, de abordar a *questão do olhar*.

Lacan observa que há no desenvolvimento do raciocínio de Dupin, antes de concluir, um tempo onde o olhar desempenha um papel não-negligenciável. Dupin está na casa do Ministro e, com esse olhar velado pelas lentes verdes, ele procura a carta. Antes mesmo de havê-la *visto* acima da chaminé, ele *viu* a transformação, a feminização do detentor da carta na pessoa do Ministro, esse Páris enlanguescido, como diz ele. Há então algo do registro visual nesse *tempo para compreender*. Lacan, então, nesse momento preciso, faz explicitamente referência ao artigo sobre o Tempo lógico(16), em que essa questão sobre o olhar é tratada também.

Igualmente, na instituição, havia uma dimensão que se dava a ver. Eis aqui um outro exemplo clínico:

Frédérique era um loirinho muito bonitinho, que muitos comparavam ao Pequeno Príncipe. Ele não apresentava os sintomas típicos do que se chama, comumente, de psicoses infantis. Ele provavelmente deveria ter sido etiquetado como gravemente caracterial. De minha parte, penso que os distúrbios de comportamento que as crianças como ele apresentam são espécies de *delírio atuado*. Esse menino extraordinário havia feito "pedirem as contas" um certo número de equipes institucionais, não apenas em sua família e na escola maternal, mas também num ambulatório e num serviço psiquiátrico parisiense bastante conhecido. Ao redor dessa criança se repetia sempre um mesmo cenário com vários protagonistas: uma ou várias mulheres entravam literalmente em júbilo face à impotência de uma outra ou de um outro — pois esse papel podia ser desempenhado por um homem — que se apresentava

aí na impossibilidade de dar conta dessa criança. "O coro" dos espectadores quedava-se paralisado, fascinado diante do espetáculo desse menininho subitamente tomado de uma destreza, de uma agilidade extraordinária, fazendo de idiota esse único ou única a pensar que convinha fazê-lo ser razoável. O ou os membros desse "coro" apresentavam sempre uma característica que eles davam a ver: um enorme sorriso de beatitude dominava sua figura. Isso sem falar que, desde que se pudesse escapar a esse cenário fascinante, e que as outras atendentes fossem capazes de sustentar aquele a quem a criança dominava, esse perdia imediatamente sua força extraordinária, e essa necessidade de bancar um super-herói, para voltar a ser um menininho dolorido e triste, porém capaz de demandar ser consolado e reassegurado. Mas era muito difícil se distanciar do modelo fascinante. Isso só podia ser efetuado após um longo trabalho de elucidação das posições de uns e de outros. Para aqueles que não estavam aprisionados pela *sombra dessa criança*, essa dificuldade era difícil de ser percebida. Assim, a vigilância geral que, em nome de sua função, tinha uma posição de retração nesse "affaire", tinha dificuldades em não pensar que se as coisas, aparentemente tão fáceis de serem regradas, tomavam a forma desse cenário jubilatório, é porque havia aí, da parte dos atendentes, uma má vontade, na verdade, um prazer perverso. Um dia em que havia poucas atendentes, certa vigilante esteve diretamente ocupada com essa criança toda uma tarde. No final do dia, o enfermeiro encarregado de Frédérique chegou das compras onde ele havia adquirido um enorme e soberbo rolo de papel para os trabalhos das crianças. Frédérique se precipita, arrebata-lhe o rolo das mãos e, em alguns segundos o desenrola sobre dezenas de metros de corredor, inutilizando-o completamente. Ao ouvir os gritos da criança, e os pedidos de ajuda do atendente, saí de meu escritório a tempo de ver a vigilante imóvel, fascinada, seu rosto iluminado por um grande sorriso de gozo: ela havia ocupado, por sua vez, o lugar no rodízio dos personagens...

A CARTA ROUBADA ENQUANTO SIGNIFICANTE

Para que a carta, assim como a criança psicótica na instituição, possa ter tais efeitos sobre os sujeitos, é necessário que a pensemos enquanto significante. Lacan vai mostrar que tal é exatamente seu lugar. Tentarei segui-lo, passo a passo, e ver se isso pode também ser aplicado ao que ocorre na instituição, ao redor da criança psicótica.

Lacan se interroga inicialmente sobre o que provoca o nosso prazer, o *interesse do conto para nós*.

Residiria ele no fato de que , no fim, todo mundo tenha sido manipulado?*

* "Etre jouée" significa "ser manipulado", em francês, mas joga também com o equívoco da metáfora teatral "ser atuado", "ser representado".

No tipo de instituição que eu descrevi, qualquer observador corria o risco de tornar-se por sua vez ator, e isso a despeito de sua vontade. E para aquele que está aí para ser manipulado, — no sentido em que os marionetes o são — esse momento sempre acabava chegando para cada membro da equipe.

O que Lacan, a propósito do conto, descreve bastante bem: "*Não é somente o sujeito, mas os sujeitos tomados em sua intersubjetividade, que tomam a fila, em outros termos nossos avestruzes, aos quais eis-nos de volta, e que, mais dóceis que carneiros, modelam seu próprio ser sobre o momento que os percorre da cadeia significante*"(17). Cadeia da qual a criança é aparentemente portadora.

Para o analista, em todo caso, o prazer não pode ser o de *ver* os outros se fazerem *ter*, ele mesmo podendo também, dependendo da ocasião, ser presa. Mas há provavelmente algo de prazeroso no fato de assinalar como a verdade tem uma ordenação de ficção.

"É incrível, seria preciso escrevê-lo", dizia esse ou aquele atendente, após haver percebido pelo que havia sido manipulado. O prazer reside no assinalamento da ordenação.

A propósito da carta enquanto significante, Lacan diz também que a mensagem da carta "pertence bem à dimensão da linguagem"(18).

É preciso lembrar que tomamos conhecimento da cena — que ele chama de primitiva — por um duplo, e mesmo triplo filtro. O narrador, que no-la descreveu, ouviu-a do Chefe de Polícia, o qual a obteve da Rainha. É essa retransmissão múltipla da mensagem que faz Lacan dizer que essa mensagem pertence à dimensão da linguagem.

Vejamos se isso é verdadeiro também na Instituição. No exemplo citado ao começo do artigo, a cena que eu descrevi entre a interna e a mãe me havia sido contada pela interna. O episódio entre a mãe e sua irmã me foi contado pelo médico, e eu o retransmiti, nessa ocasião, à interna.

Aquilo que me chegava era freqüentemente da ordem de uma seqüência de palavras, de um discurso referenciável com relação a um outro fragmento de discurso que empregava um mesmo agenciamento de palavras semelhantes; às vezes mesmo idênticas. Foi o caso, por exemplo, quando a interna me descreveu sua cólera contra a mãe de Anne, empregando as palavras que eu havia escrito no papel sobre o que me havia ocorrido com relação à enfermeira dessa criança. Ou mesmo as palavras que essa interna empregará para falar de seu desprezo com relação à nova atendente foram muito próximas das que a tia empregou para falar da mãe.

Lacan vai mais longe. Ele lembra que "*o significante mata, com a condição de que ele* (...) *materialize a instância da morte*"(19).

Poderia a criança psicótica ter, também ela, um efeito da mesma ordem?

Eis aqui algo admitido pelos que se ocupam de instituições desse tipo. Embora não havendo necessariamente lido *A carta roubada* de Lacan, algumas

dentre essas instituições organizaram há pouco jornadas intituladas: "Os atendentes de alto risco".

No exemplo que eu dei a propósito da substituição de terapeuta, a dimensão mortífera do contato com a criança em questão é bastante gritante. Mais ainda que no conto de Poe.

Certo é que, face a uma dimensão mortífera semelhante, coloca-se a questão de saber se, justamente, a "boa instituição" não seria aquela que evitaria esse tipo de efeitos, impedindo uma excessiva aproximação com o psicótico, que é o modo de funcionamento clássico de nossos bons velhos asilos.

Pessoalmente, não cheguei ainda ao ponto de poder concluir. Mas algo me parece evidente: se no caso dos adultos psicóticos essas estruturas asilares à distância, munidas de parapeitos, podem ser utilizadas — e eu não entro aqui num debate relativo à sua melhor ou pior adequação — uma vez que se trata de criança, por oposição, essa distância, essa barreira-parapeito se revela totalmente incompatível com os cuidados diretos de que a cria do homem necessita: não seria outra senão a necessidade que ela tem, até uma certa idade, de ser conduzida.

Em conseqüência de que, nas instituições para crianças, tratar-se-ia de apagar as luzes, de abaixar o som e deixar desenrolar o drama do negrume do desconhecimento. É o que Lacan nomeia de: bancar o avestruz. Pois, quer o vigiemos ou não, o drama não cessará de se repetir nos bastidores, com o que Lacan chama essa fixidez das faixas de anúncios luminosos.

Lacan fala a seguir da *materialidade singular do significante, em muitos pontos, dos quais o primeiro é de não suportar a partição*(18).

É preciso lembrar que não há partição possível da carta (letra). Façamo-la em pedaços, e será ainda uma carta (letra). Não se pode fazê-la preceder de um partitivo. Não se pode dizer que *há a carta*, como se diz que *há o amor* ou *a agressividade*.

Muito bem, para a criança ocorre de forma semelhante. Há instituições que tentam fazê-la em pedaços, no plano psíquico. Ela só se torna mais psicótica, e então, mais apta a funcionar como significante determinante das posições intersubjetivas dos protagonistas de seu cenário.

As tentativas de fazer em pedaços no plano físico não se mostram mais concludentes. Sabe-se bem que papel extraordinariamente determinante uma criança mutilada ou morta pode desempenhar no destino daqueles que lhe são próximos.

Pois Lacan nos mostra que a carta (letra) pode faltar em seu lugar, o que é próprio à dimensão simbólica, e não ao real.

Lacan observa que a carta (letra) falta em seu lugar de carta (letra) oculta, já que não está lá, e que é por isso que os policiais não a encontram. Ela falta, como um livro pode *faltar* numa biblioteca, quando não se encontra em seu lugar, mesmo que esteja colocado na prateleira ao lado. Isso, para mostrar a pertinência da carta ao registro simbólico.

Ocorreria o mesmo para a criança psicótica?

O sentido que se pode ter face a uma criança como Frédérique, por exemplo, é que ele ocupa um lugar outro que o seu, sobretudo nos momentos de suas "crises", onde a dimensão totalmente alienada de falo materno era gritante. Eu digo *era*, pois com Frédérique, o tipo de trabalho de elucidação do qual falo aqui permitiu uma diminuição bastante considerável do sintoma.

Mas, pode-se falar da criança numa dimensão simbólica? Lacan introduziu, para aquilo que se refere ao pai e à mãe, as distinções entre real, imaginário e simbólico. Penso que conviria aplicá-los aqui à criança. O que aparece freqüentemente é a dificuldade dos pais em vê-las como crianças reais, crianças doentes, em sofrimento.

Em todo caso, uma tal criança é, para o grupo familiar, símbolo de algo a ser decifrado. Retomemos nosso primeiro exemplo, o de Anne. Sendo mulata, traz em sua pele uma mensagem que não se pode deixar de ver, mensagem que aquele que se imaginou o pai durante toda a gravidez da mãe não pôde não receber: de sua paternidade aí não havia nada. A mãe e a irmã são brancas, assim como o marido dessa última. O contrato familiar repousa sobre relações incestuosas entre a mãe e seu cunhado. Uma primeira criança nasceu dessas relações e foi imediatamente declarada como pertencente ao casal formado pela tia e seu marido. Quer dizer, a irmã da mãe conseguiu fazer passar e registrar a criança de sua irmã como se ela a houvesse concebido com seu marido. Anne, segunda criança dessa mãe, trazia nela a prova da infidelidade do contrato incestuoso, onde a mãe zombava de seu cunhado em seu lugar de pai. Esse desvelamento da ruptura de contrato causou escândalo, e os maus tratos sofridos pela criança não deixavam talvez de ter relação com a desilusão da paternidade desse cunhado, antigo legionário.

Ora, encontramos algo de análogo na *carta como suporte de uma mensagem*, implicando um segredo, e supondo um destinatário.

Lacan sublinha que, para o que há na carta de Poe, seu conteúdo permanecerá, até o fim, velado. Nós não saberemos se ela contém uma mensagem de amor, de traição, ou de delação. O que se sabe *é que a Rainha não poderia levá-la ao conhecimento de seu Senhor e Mestre*(20). Lacan insiste nesse duplo vínculo de aliança da Rainha para com o Rei: ela é não apenas seu cônjuge, mas também sua súdita. Há então duplo contrato, e essa dimensão de ruptura de contrato que a carta desvela é, para Lacan, absolutamente essencial.(21) Ele sublinha também como não se trata do registro "neurótico" da culpabilidade ou da falta. A carta é, em si mesma, portadora do signo de contradição e de escândalo. Isso não deixa de ter relação com o que Anne, com sua tez escura, denuncia como ruptura de contrato. Ela também é portadora de contradição e de escândalo.

Isso não deixa de ter relação com o que Anne, com sua tez escura, denuncia como ruptura do contrato. Ela também é portadora de contradição e de escândalo.

Então, a Rainha deve se assujeitar à lei do Rei, seu Mestre e Senhor. A existência da carta implica em que essa lei do Rei seja, de algum modo,

afrontada. Seria possível ir um pouco mais longe, e se perguntar se esta não teria alguma relação com a questão da metáfora paterna? Sabe-se do papel que Lacan atribui à forclusão do nome do pai nas estruturas psicóticas. Trata-se, com certeza, de psicose entre os adultos, e é possível que o que se nomeia como "psicose infantil" seja de um outro registro, e que a questão do pai enquanto metáfora paterna se coloque aí de uma outra maneira.

De qualquer modo, nos dois primeiros exemplos citados, onde a criança testava essa espécie de poder de puro significante sobre os protagonistas do drama a seu redor, a questão do pai se colocava. No caso de Anne, estava na própria cor que ela ostentava. Quanto ao menininho que me pediram que aceitasse em psicoterapia, a questão do nome do pai era absolutamente central, se assim se pode dizer, pois se tratava justamente de retirá-lo para, nisso, substituir por um outro, o nome daquele que, pelo procedimento de adoção, desejava tornar-se o pai, mas que verdadeiramente se encontrava possuído, ele mesmo, nesse "affaire", por essa criança em lugar de significante.

O que nos leva a falar da *dimensão de "rapport" narcísico com relação à carta*.

"Ao caírem em posse da carta" — admirável ambigüidade da linguagem — é seu sentido que os possui"(12). É ao falar dessas modificações sofridas pelo Ministro que Lacan se exprime assim. Ele explica que, aprisionado nessa relação dual imaginária, esse último não via mais a situação simbólica que havia no entanto tão bem percebido desde a primeira cena: ou seja, aquela na qual ele subtraía a carta à Rainha. Lacan fala da feminização do Ministro, que feminiza por sua vez a carta que lhe — que ele — possui. Nessa relação narcísica com a carta, ele não pode senão se feminizar, tornar-se como a Rainha, e isso, à sua revelia.

Esse "rapport" narcísico vai mais longe: a partir de uma escritura feminina, ele se endereça a carta a si mesmo. Lacan nota, bastante surpreso, que nem Poe nem Dupin levam em conta o fato de que essa carta está agora marcada pelo selo do próprio Ministro. Ele imprime nela sua marca. Ato incoerente e gratuito, que tem, então, ao nível do inconsciente, ainda mais valor. Não se endereçam, habitualmente, cartas a si mesmo.

Que necessidade então o impulsiona a marcar essa carta com seu próprio selo? E que necessidade impulsiona o cunhado a que nos referíamos a fazer a criança ser portadora de seu próprio nome? Esse percurso parece entretanto absolutamente vital para esse homem, na situação em que se encontra.

A propósito dessa estranha compulsão, eis aqui um exemplo que ocorreu no serviço. Uma outra menininha autista, Sylvie, foi confiada a um enfermeiro, Gérard. Ele se envolveu enormemente nessa tarefa, e foi submetido a viver coisas bastante difíceis com relação às quais temos trabalhado regularmente. Um dia, ele me contou o seguinte caso: a criança havia crescido, e ele estava farto de dizer e repetir aos pais que trouxessem novas roupas; ele pediu então a pessoas próximas em sua família, que encaminhassem roupas para a menininha. Ora, numa bela manhã, no momento de sair com ela para um passeio, ele deu-se conta de que lhe havia trazido um impermeável verme-

lho que tinha uma marca: um prenome seguido de um sobrenome. O prenome é Sylvie — o mesmo que o da garotinha — e o nome de família é o de Gérard. Apavorado, ele jogou o impermeável no lixo e veio me contar o que havia acontecido.

Continuemos nosso trabalho de aproximação. "*A carta é o sujeito verdadeiro do conto*"(20), enuncia Lacan.

Sujeito aqui deve ser entendido como aquele que determina as atitudes e as vivências intersubjetivas dos protagonistas. É o lugar que já havíamos assinalado como sendo o da criança psicótica. Mas não convém entender aqui *sujeito* no sentido de que tratar-se-ia de atos voluntários da parte da criança, que traria todo mundo na palma da mão. E se eu assinalo isso aqui é porque se ouve falar com freqüência, nas instituições, do querer ou da boa vontade da criança com relação a questões tais como as citadas nos exemplos. Caso em que seria preciso falar também do querer e da boa vontade da carta! Eis aqui mais uma desmistificação que esse conto permite.

É verdadeiro que uma carta não ri. Enquanto que a criança psicótica zomba às vezes, o que permite que as imaginações férteis vislumbrem nisso a expressão de uma satisfação pessoal.

Resta-nos ver a questão do trajeto próprio da carta. *Traço em que se afirma aqui sua incidência de significante*(20).

Eis o que diz Lacan: "*O significante só se mantém em um deslocamento comparável ao das nossas faixas de anúncios luminosos ou das memórias rotativas*"(20).

Como foi demonstrado com relação à instituição, o trajeto da criança nos "rapports" que ela instaura entre os protagonistas à sua volta, termina por se esboçar como o texto de uma faixa de anúncios luminosos, texto ao qual se submetem os protagonistas, acreditando jamais havê-lo lido. Isso pode ocorrer às vezes mesmo após o texto haver sido decifrado. Mas nesses casos, houve permutação dos papéis e é num outro lugar que os sujeitos se ressubmetem ao texto. No exemplo de Anne, a enfermeira que havia sido capturada no papel de "mãe", vai se encontrar, mais tarde, no de "tia", por relação a um outra moça ocupando seu papel anterior de "mãe".

É a isso que Lacan se refere como *automatismo de repetição*.

À guisa de conclusão, gostaria de abordar o que Lacan nomeia como "*a determinação absoluta que o sujeito recebe do significante*".

Isso, a propósito do que sucede a Dupin ao final do conto; mais exatamente, a partir do momento em que, após sua primeira visita à casa do Ministro, ele sabe que obterá essa carta; que, de uma certa forma, já a detém.

Há inicialmente a história do cheque — ou de algo equivalente para a época — de cincoenta mil francos. Lacan assinala que Dupin tenta por aí sair do circuito simbólico da carta. A esse propósito, ele faz um paralelo absolutamente direto com o "métier" do *psi*canalista. E se eu sublinho *psi*, é porque *analista* é o que Dupin diz ser, textualmente. Lacan, então, lembra que somos emissários de todas as cartas roubadas que permanecem por um

tempo em suspenso, na transferência. E que é o dinheiro que nos permite neutralizar a responsabilidade que a transferência comporta, fazendo-o equivaler ao significante mais aniquilante que seja de toda a significação, a saber, o dinheiro.

Assim, este conto poderia comportar um *happy end*, ao menos para o analista Dupin, que teve êxito, pelo viés do dinheiro, em cair fora do jogo.

Ora, não é bem assim!

Que é que, de repente, vem a prender Dupin? O que é esse golpe baixo que ele se permite endereçar ao Ministro? Após haver lembrado a frase que Dupin escreveu sobre a nova carta, Lacan acrescenta: "*Falemos dos versos atrozes que ele assegura não haver podido impedir-se de dedicar*"(22).

O que é esse rancor que subitamente emerge? Ele não havia feito nenhuma alusão a isso antes de entrar na posse da carta. Pelo contrário, ele dava mostras de simpatia para com esse Ministro, poeta como ele.

Lacan fala literalmente de *explosão passional*. Que haveria se passado? É que, a partir do momento em que ele detém a carta, torna-se parte integrante da tríade subjetiva .

O que aconteceu a Dupin pode acontecer na instituição, mesmo para um *psi*canalista. Sublinhei a esse respeito o interesse em trabalhar a dois analistas.

Para Dupin, ei-lo como os outros, assujeitado ao significante. Lacan nos diz que tal é a resposta do significante, além de todas as significações.

"*Acreditas agir quando te agito ao grado dos laços com os quais amarro teus desejos*"(23).

NOTAS

1. Conferência realizada em jan/1984, no programa do Seminário sobre a Psicanálise de crianças na Associação Freudiana.
2. Serviço do Dr. Bérouti no hospital psiquiátrico de Maison-Blanche, Neully-sur-Marne.
3. "D'un abord possible de la psychose dans le cadre d'une institution", in *Psychiatrie de l'Enfant*, Vol. XXI, 2/1978.
4. Jacques Lacan, *O Seminário*, livro II: "O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise", trad. M. Christine Laznik Penot com col. Antonio Luiz Quinet de Andrade; R. Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985, p. 247.
5. Idem, p. 248.
6. Idem, p. 258.
7. Jacques Lacan; O seminário sobre "A carta roubada", in *Escritos*, trad. Inês Oseki-Depré, SP, Ed. Perspectiva, 1978. pp. 17-67.
8. Idem, pp. 17-18
9. Ver nota 3. Mas também "Dépsychotiser en institution?", B. Penot, in *Bulletin de Psychologie*, nº 360, Tomo XXXVI, 1982 — 1983, maio/junho 1983.
10. O seminário sobre *A carta roubada*, p. 22.
11. Idem, p. 18.
12. Idem, p. 37.

13. N. da T.: *longe, afastar, distanciar-se*, respectivamente.
14. N. da T.: *mettre du côté, mettre à gauche, mettre au loin*, respectivamente, no original.
15. Idem, p. 19.
16. J. Lacan, "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada", em *Escritos*, idem ib., pp. 69-86.
17. O seminário sobre "A carta roubada", p. 37.
18. Idem, p. 25.
19. Idem, p. 31.
20. Idem, p. 35.
21. N. do A.: "A existência da carta a situa (a rainha) numa cadeia simbólica estrangeira à que constitui sua fé".
Idem, p. 35.
22. Idem, p. 44.
23. Idem, p. 47.

Tradução: Eliana Araujo Nogueira do Vale.

In: *La Psychanalyse de l'Enfant*, revista da Association Freudienne, Joseph Clims, Paris, 1985, 74-97.

Segunda parte

PONTUAÇÕES CLÍNICAS